



**prodesan**

Progresso e  
Desenvolvimento de  
Santos

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**PARECER DOS**

**AUDITORES INDEPENDENTES**

**E CONSELHO FISCAL**

**2014**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

RS(1,00)

**NOTA 01 - ATIVIDADES**

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritário a Prefeitura Municipal de Santos e suas atividades operacionais abrangem:

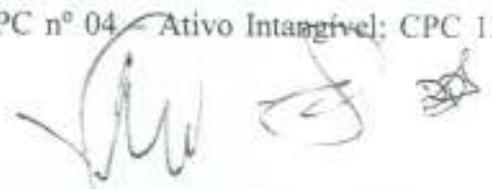
- a) Execução de serviços de fiscalização da limpeza urbana;
- b) Realização de atividades industriais relativas a serviços públicos;
- c) Organização e administração de serviços de processamento de dados;
- d) Assistência à Administração Pública Municipal de Santos em áreas de seu interesse;
- e) Realização de quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades, inclusive no campo industrial e comercial.

**NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria da Prodesan Progresso e Desenvolvimento de Santos autorizaram a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 30 de janeiro de 2015 as quais estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se os conceitos contidos na Lei nº 6.404/1976, ressalvadas as modificações introduzidas através das Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009.

As demonstrações financeiras também incluem estimativas e premissas, como para determinação de perdas provenientes de duplicatas a receber e demais créditos não recebidos, da vida útil de ativos e das provisões necessárias para passivos contingentes, portanto os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos, orientações e interpretações relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela Companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos: CPC 01 – Redução ao valor recuperável de Ativos; CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC nº 04 – Ativo Intangível; CPC 12 –



Ajuste a Valor presente; CPC 16 – Estoques; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 – Apresentação das Demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 30 – Receitas; CPC 32 – Tributos sobre o Lucro; CPC 37 – Adoção das Normas Internacionais de contabilidade; e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 41.

## **NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **a) Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

### **b) Aplicações financeiras**

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

### **c) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado pela provisão para perda provável na realização, quando necessário.

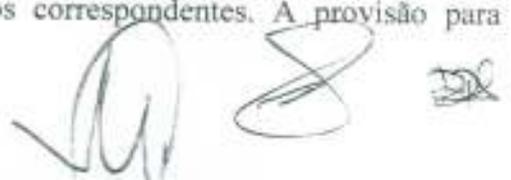
### **d) Imobilizado**

Está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota explicativa nº. 07.

A entidade não efetuou testes de recuperabilidade em seus ativos móveis, estando em fase de contratação de empresa especializada para a aplicação do CPC 27 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e o Pronunciamento Técnico CPC 01, onde alguns procedimentos deverão ser observados, tendo em vista, que parte de seus bens estão gravados por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, conforme nota explicativa nº 12.

### **e) Ativo Circulante / Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante**

Os ativos são apresentados por seus valores de realização, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, atualização monetária e juros. Os passivos estão apresentados por valores correspondentes às obrigações assumidas, acrescidos dos encargos financeiros, atualização monetária e, quando cabível, de juros moratórios e multas. A provisão de férias é constituída com base nos períodos aquisitivos completos e proporcionais dos funcionários, até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais e previdenciários correspondentes. A provisão para



contingências é constituída (ou ajustada), tendo por base a opinião dos assessores jurídicos da empresa e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com ações trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento.

**NOTA 04 – PARCELAMENTOS – LEIS Nº. 11.941/2009 E 13.043/2014**

Foi publicada na data de 13 de novembro, a conversão da MP 651/2014 na Lei nº 13.043/2014. Em seu artigo 33, a referida lei permitiu que os parcelamentos com débitos vencidos até 31/12/2013, poderiam mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais apurados até 31/12/2013, desta forma, o parcelamento ordinário da Cofins não cumulativo, foi incluso nesta forma de pagamento, em observação ao item I do inciso 4º, onde condiciona a quitação de 30% do saldo devedor e o saldo remanescente do parcelamento, conforme o art. 33 da respectiva Lei foi compensado com a utilização dos créditos de prejuízos fiscais. O débito previdenciário de nº 36612226-6, parcelado na forma da Lei nº 11.941/2009, ainda consta pendente de consolidação, o débito foi negociado em 180 parcelas, com os benefícios no tocante à redução dos juros, multa e despesas legais. Foi contabilizado no Ativo o crédito fiscal no tocante ao prejuízo fiscal, utilizado na compensação dos parcelamentos, ambos pendente de consolidação pela Receita Federal. No exercício, a empresa honrou os pagamentos dos parcelamentos dos impostos e contribuições negociados.

Os débitos parcelados estão registrados como segue:

<b>Circulante</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
PGFN – débitos previdenciários	2.661.284	2.661.284
RFB – débitos previdenciários	2.663.384	2.664.656
PGFN – demais débitos	1.580.716	1.580.716
RFB – demais débitos	177.864	177.864
<b>TOTAL</b>	<b>7.083.248</b>	<b>7.084.520</b>

<b>Não Circulante</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
PGFN – débitos previdenciários	28.001.392	32.857.788
RFB – débitos previdenciários	1.062.828	1.184.295
PGFN – demais débitos	13.839.339	15.420.055
RFB – demais débitos	1.556.307	1.734.171
<b>TOTAL</b>	<b>44.459.866</b>	<b>51.196.309</b>

**NOTA 05 - VALORES A RECEBER**

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais, assim:

<b>5.1 – Duplicatas a receber</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Prefeitura Municipal de Santos</b>		
- Serviços Gráficos	520.116	520.116
- Serviços de Pessoal Externo	11.933	11.933
- Serviços de Informática	1.758.784	1.965.615
- Serviços de Limpeza Urbana	3.499.359	3.499.359
- Serv.Engenharia e Arquitetura	422.608	396.066
- Serviços Conservação de Vias	1.918.755	2.216.689
- Serviços Diversos	3.322.947	4.197.471
<b>Total Geral</b>	<b><u>11.454.502</u></b>	<b><u>12.807.249</u></b>

Os saldos das contas de duplicatas a receber da Prefeitura do Município de Santos foram formados em diversos exercícios anteriores, e são relativos a serviços realizados.

Continua o processo de negociação entre a administração e a Prefeitura, para recebimento de tais valores.

Em observância ao Princípio Contábil da Prudência, a Prodesan constituiu ainda no exercício de 2010, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), no montante atual de R\$ 6.369.924 realizada com o objetivo de cobrir perdas com a não realização de créditos com duplicatas e serviços (medições) a faturar, para os períodos com vencimento anterior a 31/12/2009.

<b>5.3 – Contas a Receber</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Circulante</b>		
<b>Prefeitura Municipal de Santos</b>		220.221
- Aluguéis e Condomínios	211.087	7.568
- Outras	1.914	<b>227.789</b>
<b>Total</b>	<b>213.001</b>	265.909
Outras Contas a Receber	993.490	
<b>Total no Circulante</b>	<b>1.206.491</b>	<b><u>493.698</u></b>

## NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

### 6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes adiantamentos, valores em conta vinculada e Depósitos Judiciais, especificamente de Ações judiciais, sofrida de fornecedores de bens e serviços.

### 6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza.

Composição	2014	2013
<b>Outras Contas a Receber</b>		
- Adiantamentos	112.465	53.777
- Outros Créditos	419.377	416.386
<b>Retenções</b>		
- Retido na fonte – ano base 2011	-	593.035
- Retido na fonte – ano base 2013	310.493	542.912
- Retido na fonte – ano base 2014	527.562	-
- Outras Retenções	97.857	14.747
- Crédito Prejuízo Fiscal	1.712.304	915.708
<b>Total</b>	<b><u>3.180.058</u></b>	<b><u>2.536.565</u></b>
<b>Não Circulante</b>		
- Outros Créditos	762.217	4.469.329
<b>Total</b>	<b><u>762.217</u></b>	<b><u>4.469.329</u></b>

## NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Líquido 2014	Líquido 2013
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Benfeitorias	4	22.460.025	705.984	21.754.041	22.460.025
Maq.e Equip.	10/20	3.318.601	2.877.941	440.660	585.162

Móv.	E	10/20	685.303	444.161	241.142	266.515
Utensílios						
Veículos		20	3.060.464	2.941.325	119.139	212.371
Instalações		10/20	909.380	701.084	208.296	222.941
Outros		10/20	<u>281.958</u>	<u>269.251</u>	<u>12.707</u>	<u>19.373</u>
<b>Total</b>			<b>104.157.410</b>	<b>7.939.746</b>	<b>96.217.664</b>	<b>97.208.066</b>
<b>Intangível</b>		<b>10/20</b>	<b>685.668</b>	<b>495.918</b>	<b>189.750</b>	<b>152.182</b>

A entidade está em fase de contratação de empresa especializada para a aplicação do CPC 27 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e o Pronunciamento Técnico CPC 01, alguns procedimentos deverão ser observados, tendo em vista, que seus bens estão gravados por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, conforme nota explicativa nº 12.

### NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de contas:

	2014	2013
<b>Composição</b>		
-INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS		
Contribuições a vencer	1.283.083	632.143
-FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS	328.138	313.696
-Outras Obrigações	10.161	9.729
<b>Total</b>	<b>1.621.382</b>	<b>955.568</b>
<b>PARCELAMENTOS</b>		
- FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS		
Parcelamento 180 meses	684.735	635.593
- I.N.S.S./SALE.EDUCAÇÃO	-	7.581.880
Parcelamento 240 meses		
LEI 11.941-OB.SOCIAIS PREVIDENCIARIAS		
Parcelamento 180 meses	3.129.556	3.130.827
<b>COFINS/PASEP</b>		
Parcelamento 60 meses	1.048.430	1.356.956
LEI 10.522-PREVIDENCIÁRIAS		
Parcelamentos 60 meses	2.195.112	2.195.112

<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	12.998	14.960
<b>Total</b>	<b>7.070.831</b>	<b>14.915.328</b>
<b>Total Geral</b>	<b><u>8.692.213</u></b>	<b><u>15.870.896</u></b>

O valor de R\$ 7.581.880, foi reclassificado do Passivo Circulante para o Passivo não Circulante em virtude do seu parcelamento ainda não ter sido consolidado e por não possuímos informações de que o mesmo será consolidado no próximo Exercício.

### **NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS**

	2014	2013
<b>Composição</b>		
<b><u>COFINS</u></b>		
Contribuições a vencer	260.127	304.758
Contribuições vencidas	7.064	793.859
<b><u>PASEP</u></b>		
Contribuições a vencer	56.475	66.165
<b><u>IMPOSTO DE RENDA NA FONTE</u></b>		
Contribuições a vencer	267.248	268.418
Contribuições vencidas	131.120	-
<b><u>Imposto s/Circ.Merc.Serv.-ICMS</u></b>		
Contribuições a vencer	59.743	68.232
<b><u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u></b>	<b><u>16.665</u></b>	<b><u>296.392</u></b>
<b>Total</b>	<b>798.442</b>	<b>1.797.824</b>
<b><u>PARCELAMENTOS</u></b>		
<b>Lei 11.941-DEMAIS DÉBITOS</b>		
Parcelamentos 180 meses	2.817.568	1.758.580
<b>Total no Circulante</b>	<b>3.616.010</b>	<b>3.556.404</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b><u>Obrigações Tributárias</u></b>		
<b>Lei 11.941-DEMAIS DÉBITOS</b>		
Parcelamentos 180 meses	15.395.647	17.154.226
- Tributos diferidos	28.031.899	28.031.899
<b>Total</b>	<b><u>43.427.546</u></b>	<b><u>45.186.125</u></b>

Em 2013 o valor de R\$ 17.154.226, referente parcelamento 180 meses da Lei 11.941/2009 dos demais débitos junto a Receita Federal e Procuradoria da Fazenda.

## NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO

10.1 - Composição	2014	2013
<b><u>OBRIGAÇÕES SOCIAIS/PREVIDENCIÁRIAS</u></b>		
<b><u>FGTS</u></b>		
Parcelamento 180 meses	1.809.659	2.444.590
<b><u>I.N.S.S./SAL. EDUCAÇÃO</u></b>		
Parcelamento 240 meses	145.010.491	137.428.611
<b><u>LEI 11.941-OB.SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS</u></b>		
Parcelamento 180 meses	28.515.442	31.298.192
<b><u>COFINS/PASEP</u></b>		
Parcelamento 60 meses	1.227.301	2.729.618
<b><u>LEI 10.522-PREVIDENCIÁRIAS</u></b>		
Parcelamento 60 meses	548.778	2.743.890
<b><u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u></b>		
<b>Total</b>	<b>177.111.671</b>	<b>176.644.901</b>
<b><u>OBRIG.FISCAIS E TRIBUTÁRIAS/OUTRAS</u></b>		
<b><u>LEI 11.941-DEMAIS DÉBITOS</u></b>		
Parcelamento 180 meses	15.395.646	17.154.226
<b><u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u></b>		
<b>Total</b>	<b>87.015.212</b>	<b>71.061.885</b>
<b>Total Geral</b>	<b><u>279.522.529</u></b>	<b><u>264.861.012</u></b>

### 10.2 – Parcelamentos

#### 10.2.1 – INSS

O saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 145.010.490 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias está sendo amortizado pela Prefeitura Municipal de Santos que, com base na Lei Municipal nº 1835, de 27 de dezembro de 1999, contratou o refinanciamento da dívida mobiliária da Prodesan junto ao INSS, com débito consolidado em 30 de novembro de 2001; a amortização é feita através de retenção da quota parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Foi transferido da conta de parcelamento a curto prazo para o parcelamento a longo prazo o valor de

R\$ 7.581.880, referente dívida previdenciária, em virtude da mesma ainda não ter sido consolidada e não ter prazo definido que ocorra no exercício seguinte.

#### **10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02**

Foi formalizado termo de compromisso para pagamento de débitos, resultante da autorização contida na Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, onde a Prefeitura Municipal de Santos garantirá o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da Prodesan junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. O Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, foi firmado em 240 parcelas, as quais são atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo total da amortização, mais a variação anual do IPCA até 31/12/2014 foi de R\$ 37.588.277.

#### **10.2.3 – FGTS**

Em 21/06/2001 foi celebrado junto a Caixa Econômica Federal parcelamento em 180 prestações, referente ao débito do FGTS, relativa às competências de maio de 1996 a maio de 2001 não recolhidas. O saldo total devido em 31/12/2014 é de R\$ 2.494.394 (curto e longo prazo).

#### **10.2.4 – Atualização Monetária – débitos previdenciários**

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

#### **10.2.5 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e 13.043/2014**

Confome nota explicativa nº 4.

#### **10.2.6 – Atualização Monetária – débitos tributários**

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

### **NOTA 11 – CONTINGÊNCIAS**

#### **Processos Cíveis e Trabalhistas**

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados, e estão assim constituídas:



	2014	2013
<b>Composição</b>		
<b>OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS</b>		
Circulante	705.040	612.705
Não Circulante	686.334	798.582
<b>Total</b>	<b>1.391.374</b>	<b>1.411.287</b>
<b>PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS</b>		
Circulante	3.832.787	3.472.496
Não Circulante	135.135	186.550
<b>Total</b>	<b>3.967.922</b>	<b>3.659.046</b>
<b>Total Geral</b>	<b>5.359.296</b>	<b>5.070.333</b>

As contingências mencionadas estão garantidas por bens do imobilizado.

## NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Os bens do imobilizado estão, em sua maior parte, penhorados devido a diversos processos de natureza fiscal, trabalhista e cível cujas contingências estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

## NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO

A situação patrimonial da Prodesan no Exercício de 2014, apesar do esforço da Administração, não obteve o resultado esperado, principalmente por eventos que independe das ações da Administração, a Administração procurou abaixar os custos da empresa, as despesas de Pessoal e Encargos, despesas Gerais e Administrativas, entretanto, em virtude da redução no seu faturamento bruto e o aumento dos juros dos parcelamentos, não foi possível alcançar a meta desejada.

### 13.1 – Despesas com Pessoal

As despesas com folha de pagamento e encargos representaram no exercício de 2014, um dispêndio de R\$ 51 milhões.

### 13.2 – Capital de Giro

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais não possibilitaram a manutenção do fluxo de caixa, desta forma houve aplicação de recursos da Sócia Majoritária de R\$ 2 milhões.

### 13.3 – Resultado do Exercício

No exercício de 2014 a empresa auferiu resultado negativo (Déficit) de R\$ 6 milhões, um dos elementos que refletiu para este resultado, foi a diminuição da Receita Operacional Bruta em torno de R\$ 2 milhões, a despesa financeira também sofreu um acréscimo de R\$ 3 milhões, decorrentes do alto juro dos parcelamentos e demais variações em outras despesas.

### 13.4 – Custo do serviço prestado, Receita líquida, Despesas administrativas.

Nota-se uma redução equivalente a 15% em relação ao exercício de 2013.

### 13.5 – Despesas administrativas.

Salientamos o esforço da Administração na redução das despesas gerais e administrativas, sendo esta uma das metas, considerando os exercícios passados, o aumento não foi tão relevante em comparação ao exercício anterior.

## NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Foi aprovado em AGE realizada em 29/12/2011 o aumento de capital em R\$ 15.000.000,00, com subscrição pelo acionista majoritário das ações correspondentes a sua participação acionária.

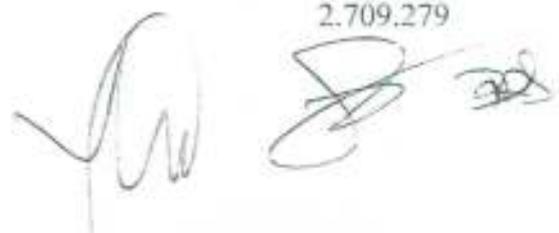
Ainda em 2014, houve aporte de capital no montante de R\$ 2.186.000,00 assim o capital integralizado em 31/12/2014 está representado por 3.504.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada. A Prefeitura Municipal de Santos detem 3.501.270.728 ações, correspondente a 99%, do capital total.

A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até a sua efetiva realização.

## NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoque sujeitos a riscos em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2014 está assim constituída:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Edifícios	10.102.712
Máquinas e Equipamentos/ Móveis e Utensílios	2.709.279



---

Veículos – Danos Materiais e Terceiros	1.095.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros	1.095.000
<b>Total</b>	<b>15.001.991</b>

  
\_\_\_\_\_  
ODAIR GONZALEZ  
Diretor Presidente

  
\_\_\_\_\_  
JEFERSON NOVELLI DE OLIVEIRA  
Diretor Administrativo e Financeiro

  
\_\_\_\_\_  
REGINA RODRIGUES DOS SANTOS  
CRC 1SP 158.507/0-0

**CNPJ 58.131.582/0001-25**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
 Em R\$(1,00)

<b>A T I V O</b>	<b>2.014</b>	<b>2.013</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Bancos	144.208	121.431
Aplicações Financeiras	14.165	9.338
Duplicatas a Receber	11.454.451	12.807.249
Serviços a Faturar	-	63.162
Contas a Receber	1.206.000	493.698
Outros Créditos	3.181.973	2.536.565
( - ) Provisão p/ Devedores Duvidosos	(6.369.923)	(6.369.923)
Estoques	427.009	584.339
Obras e Serviços em Andamento	140.769	134.673
Despesas Antecipadas	38.457	50.496
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.237.109</b>	<b>10.431.028</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Outros Créditos	762.217	4.469.329
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>762.217</b>	<b>4.469.329</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>6.971</b>	<b>6.971</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>96.217.663</b>	<b>97.208.066</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>189.750</b>	<b>152.182</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>97.176.601</b>	<b>101.836.548</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>107.413.710</b>	<b>112.267.576</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CNPJ 58.131.582/0001-25**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em R\$(1,00)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.014</b>	<b>2.013</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	3.680.243	6.521.301
Obrigações com Pessoal	66.009	109.513
Obrigações Sociais e Previdenciárias	7.630.795	15.870.896
Obrigações Tributárias	3.616.010	3.556.404
Obrigações com Ações Judiciais	705.040	612.705
Provisão Férias e Encargos	6.943.137	6.373.066
Provisões para Contingências	3.832.787	3.472.496
Outras Exigibilidades	4.933.586	4.804.823
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>31.407.607</b>	<b>41.321.204</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Obrigações Sociais e Previdenciárias	177.205.181	176.644.901
Obrigações Tributárias	43.427.546	45.186.125
Obrigações com Ações Judiciais	686.334	798.582
Provisões para Contingências	135.135	186.550
Outras Obrigações	53.161.844	42.044.853
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>274.616.040</b>	<b>264.861.011</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>306.023.647</b>	<b>306.182.215</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital	35.049.649	32.863.649
Ajuste de Avaliação Patrimonial	65.552.625	65.562.269
Prejuízos Acumulados	(299.212.211)	(292.340.557)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(198.609.937)</b>	<b>(193.914.639)</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>107.413.710</b>	<b>112.267.576</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em R\$(1.00)

	2.014	2.013
Receita Operacional Bruta	66.773.394	68.236.362
(-) Impostos e Devoluções	(6.815.645)	(6.715.353)
Receita Operacional Líquida	59.957.749	61.521.009
(-) Custos dos Serv. e Produtos Vendidos	(52.910.656)	(53.171.047)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>7.047.093</b>	<b>8.349.962</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		
Pessoal e Encargos	8.267.931	9.146.199
Honorários da Administração	503.350	481.650
Depreciações	624.642	298.385
Gerais e Administrativas	778.287	630.505
Despesas Financeiras Líquidas	4.821.895	1.880.289
<b>TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>14.996.105</b>	<b>12.437.028</b>
<b>Ganhos com Benefícios da Lei 13.043/2014</b>	<b>1.067.714</b>	<b>3.223.537</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS</b>	<b>(6.881.298)</b>	<b>(863.529)</b>
Variações Monetárias Ativas	-	-
Variações Monetárias Passivas	-	-
<b>TOTAL EFEITOS INFLACIONÁRIOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(6.881.298)</b>	<b>(863.529)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(6.881.298)</b>	<b>(863.529)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) P/ LOTE DE MIL AÇÕES</b> (3.286.364.899 ações ordinárias nominativas)	<b>(1,96)</b>	<b>(0,27)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em R\$(1.00)

	2.014	2.013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>(6.881.298)</b>	<b>(863.529)</b>
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação/Amortização	1.117.094	699.159
Perdas Baixa do Imobilizado	58.611	3.410
(Aumento) Diminuição de Dup. a Receber / Val.a Faturar	1.415.960	(219.784)
(Aumento) Diminuição de Contas a Receber	(712.302)	473.681
(Aumento) Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(482.135)	(952.507)
(Aumento) Diminuição do Realizável a Longo Prazo	3.707.112	(150.229)
Aumento (Diminuição) de Fornec. / Emp. / Contas a Pagar	(2.841.058)	712.691
Aumento (Diminuição) de Impostos e Contribuições Sociais	(8.180.495)	(3.448.990)
Aumento (Diminuição) de Provisões	930.362	(1.952.422)
Aumento (Diminuição) de Obrigações com Ações Judiciais	92.335	171.724
Aumento (Diminuição) de Outros Passivo Circulante	85.259	1.330.098
Aumento (Diminuição) de Outros no Passivo não Circulante	9.755.029	(381.208)
<b>Total dos Ajustes</b>	<b>4.945.772</b>	<b>(3.714.377)</b>
<b>Caixa (Aplicado)/Gerado em atividade Operacional</b>	<b>(1.935.526)</b>	<b>(4.577.906)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de Capital	2.186.000	4.014.000
<b>Caixa Gerado em atividades de Financiamentos</b>	<b>2.186.000</b>	<b>4.014.000</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Intangível	(161.912)	(123.149)
Aquisição de Imobilizado	(60.958)	(357.409)
<b>Caixa Aplicado em atividades de Investimentos</b>	<b>(222.870)</b>	<b>(480.558)</b>
<b>AUMENTO LIQUIDO DE CAIXA</b>	<b>27.604</b>	<b>(1.044.464)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO DISPONIBILIDADES</b>	<b>27.604</b>	<b>(1.044.464)</b>
<b>CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>130.769</b>	<b>1.175.233</b>
<b>CAIXA NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>158.373</b>	<b>130.769</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

*R\$ (1,00)*

<b>Histórico</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	32.863.649	65.562.269	(292.340.557)	(193.914.639)
Aumento de Capital	2.186.000	-	-	2.186.000
Realização por Depreciação	-	(9.644)	9.644	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(6.881.298)	(6.881.298)
<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>35.049.649</b>	<b>65.552.625</b>	<b>(299.212.211)</b>	<b>(198.609.937)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, tecendo os seguintes comentários sobre as atividades desenvolvidas:

1. em 2014, mantiveram-se os contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais, em caráter contínuo, com a Prefeitura Municipal de Santos a saber:
  - prestação de serviços na área de tecnologia da informação
  - execução de serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos
  - conservação de vias públicas asfaltadas
  - fiscalização e controle da limpeza pública
  - serviços de coleta, separação e comercialização de materiais recicláveis
  - serviços de limpeza de unidades das Secretarias da Saúde, da Educação, de Assistência Social, do Meio Ambiente (Coordenadoria de Proteção da Vida Animal) e do Restaurante-Escola (SETUR)
  - fornecimento de massa asfáltica
  - suporte técnico à execução de projetos desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento, atual Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB)
  - instalação e operação de sanitários públicos móveis em feiras-livre e outros locais
  - prestação de serviços de impressão e acabamento
  - recolhimento de resíduos flutuantes
  - serviços de limpeza do sistema de drenagem compreendendo: desassoreamento e limpeza de canais, limpeza de córregos e galerias, de caixas nos sopés dos morros, de poços de visita, de canaletas, ramais de ligação e bocas de lobo e remoção do excesso de areia da praia;
2. o contrato de prestação de serviços de reportagem, redação, diagramação eletrônica, fotografia e desenho gráfico, encerrado em fevereiro de 2014, não foi renovado pela SECOR – Secretaria de Comunicação e Resultados que, através de licitação, contratou esses serviços com terceiros; a PRODESAN continua

Odair Gonzalez  
Diretor-Presidente  
PRODESAN

responsável pelos serviços de digitação e revisão de textos de atos oficiais com um quadro de pessoal cerca de 80% menor.

3. o contrato de prestação de serviços de limpeza do Restaurante-Escola, encerrado em 25 de dezembro de 2014, por força de Convênio celebrado pela Prefeitura, através da Secretaria de Turismo, com a UNISANTOS, não foi renovado;
4. o contrato de limpeza das Unidades da Saúde, renovado em 22 de dezembro de 2014, teve uma redução de cerca de 10% no quadro de pessoal, em razão da Secretaria da Saúde ter passado a adotar o dimensionamento proposto pela Instrução Normativa 02/2008 que regula a contratação, pelo Governo Federal, de serviços continuados ou não pelas unidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais;
5. o Departamento de Apoio à Limpeza Pública (DEAP) retirou das águas, com uso de embarcação tipo catamarã, 30 toneladas de resíduos flutuantes, quantidade 21% inferior à coletada em 2013; igualmente a coleta seletiva teve uma redução de 13% em relação a 2013, atingindo 4.563 toneladas/ano de materiais recicláveis coletados;
6. os serviços de limpeza do sistema de drenagem, executados também pelo DEAP, registraram, entre outras atividades previstas em contrato, a limpeza em 82.544 metros de galeria, 9.888 bocas de lobo e 5.676 poços de visita; o contrato de prestação de serviços para a Prefeitura, encerrado em 24 de novembro de 2014, somente foi renovado em 18 de janeiro de 2015, provocando redução da receita da Empresa em dezembro/2014;
7. O Departamento de Arquitetura e Urbanismo desenvolveu, em 2014, os seguintes projetos:
  - ▲ Construção da Unidade Municipal de Ensino Pedro Crescenti
  - ▲ Construção de Unidade Municipal de Ensino na Av. Waldemar Leão, no Jabaquara
  - ▲ Reurbanização da Av. Marechal Deodoro
  - ▲ Implantação de Ciclovias nas ruas Vergueiro Steidel, Silva Jardim, nas avenidas Rangel Pestana e Campos Salles e no bairro do Jabaquara (Av. Francisco Manoel e Teodoro Sampaio)

- △ urbanização da laje de cobertura da caixa d'água do Aquário Municipal, com implantação de espaço de atividades náuticas
  - △ ampliação do deck do pescador
  - △ construção de duas edificações no bairro do Jabaquara para instalação da Coordenadoria de Proteção à Vida Animal e da Unidade da Saúde Animal;
  - △ revitalização da Concha Acústica na orla da praia, junto ao Canal 3
  - △ estudo de aproveitamento de área para implantação de garagem subterrânea nos bairros do Gonzaga e Valongo.
8. o Departamento de Engenharia foi responsável pela elaboração dos elementos técnicos de engenharia (especificações, orçamento e cronograma físico-financeiro) para as obras decorrentes dos projetos desenvolvidos pelo DEURB em 2014, acima elencados; bem como, pela elaboração dos projetos estrutural, de instalações elétricas e de hidráulica do Hospital de Clínicas e Maternidade (antigo Hospital Conselheiro Nêbias) e do Centro Turístico Cultural e Esportivo da Vila Progresso;
9. a produção de massa asfáltica pelo Departamento de Conservação de Vias Asfaltadas – DASF foi superior em quase 22% em relação a 2013; do total produzido – 58.984 toneladas – 73% foram destinados à PMS e 28% a terceiros; embora a Prefeitura tenha a maior participação no destino da produção do DASF, tanto os serviços de tapa-buraco como o fornecimento de massa para obras de pavimentação da Prefeitura sofreram redução em 2014: de 5.905,35 t para 4.257,43 t no tapa-buraco e de 38.939 para 38.365 t nas obras de pavimentação; assim, o aumento da produção foi motivada pelo acréscimo na venda de massa asfáltica para terceiros: de 3.534 t para 16.091 t;
10. dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação – DINF em 2014, destacamos:
- △ estudo para reformulação do portal da PRODESAN
  - △ aumento da banda de acesso à internet de 4 MBPS para 10 MBPS, em fibra ótica
  - △ reorganização do cabeamento da rede interna
  - △ adequação de infraestrutura, mapeamento de processos e definição de formulários padrões para implementação do pregão eletrônico
  - △ adequação da arquitetura padrão para modelo responsivo (que pode ser acessado por qualquer dispositivo móvel)

- ▲ migração do jPRO.CVC – Controle de Veículos e Combustíveis para padrão responsivo;
- ▲ desenvolvimento das rotinas de cálculos parametrizados do Sistema de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento
- ▲ desenvolvimento de aplicação integradora para Centro de Custo, de forma a permitir o compartilhamento de informações por outras aplicações (jPRO.CC);
- ▲ desenvolvimento de aplicação integradora para unidades organizacionais, permitindo compartilhamento por outras aplicações (jPRO.UOR);
- ▲ Sistema de Gestão Escolar (SIGES) – adaptações para solucionar o problema de quedas do Sistema em épocas de atribuição de nota; migração do módulo de atribuição para uma nova plataforma; implementações no módulo de biometria para atender novas demandas;
- ▲ implementação do serviço de encadernação em sistema Wire-O;
- ▲ desenvolvimento de estudo para implantação de serviço de impressão colorida.

Destacamos ainda que todos os Acordos de Pagamento - áreas cível trabalhista e tributária - celebrados pela Empresa foram adimplidos em 2014, inclusive o parcelamento previsto na Lei 11941/2009 que trata das dívidas previdenciárias e demais débitos administrados pela Secretaria da Fazenda Federal. Também a amortização do refinanciamento da dívida mobiliária consolidada em 30 de novembro de 2001, através de retenção da quota parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), foi mantida pela Prefeitura Municipal de Santos.

A PRODESAN aderiu também em 2014 ao chamado "Refis da Crise" repactuando, em condições mais favoráveis, o Acordo de Pagamento relativo às contribuições do COFINS.

O Balanço que ora apresentamos mostra uma pequena redução (2,14%) na receita operacional bruta motivada pela não renovação ou redução de alguns contratos, já citados anteriormente, e pelos reajustes concedidos por força de Acordo Coletivo que não puderam ser repassados aos contratos. Essa diminuição de receita levou a uma redução de 15,6% no lucro bruto da Empresa.

A reavaliação do Ativo – exigida pela legislação e há muito tempo adiada - procedida ao final de 2013, provocou aumento significativo nas despesas com depreciação (109,34%). Também o pagamento de parcelas de Acordos firmados, levou a um aumento dos valores contabilizados a título de despesas financeiras (156,4%). As

  
 Odair González  
 Diretor-Presidente  
 PRODESAN

despesas gerais e administrativas também sofreram aumento (23%) provocado, principalmente, pelo aumento dos valores com benefícios aos empregados, decorrentes do Acordo Coletivo e pela necessidade inadiável de gastos com manutenção dos bens que compõem o Imobilizado (edificações, instalações, veículos pesados, máquinas)

Assim, inobstante a redução de cerca de 9% nas despesas com pessoal, encargos e honorários da Diretoria em 2014, as despesas operacionais da Empresa tiveram um aumento de 20,6% em relação a 2013.

Para que a Empresa pudesse fazer frente ao aumento das despesas operacionais (vale repetir, por motivos inevitáveis) deveria contar com um aumento das suas receitas, o que não ocorreu, visto que as mesmas decorrem em sua quase totalidade de contratos com a Prefeitura de Santos. Essa combinação de redução de receita e aumento de despesas operacionais é a responsável pelo prejuízo do exercício – R\$ 6,8 milhões.

A economia do país em 2015, segundo as previsões de especialistas, não deve permitir aumento real das receitas da Empresa, limitadas ao orçamento municipal, assim a melhoria do resultado para este exercício deve se basear, principalmente, na eficácia dos seus processos e na melhoria de sua produtividade.

Esse é o objetivo desta Diretoria que continua envidando todos os esforços para a continuidade da Empresa, por considerá-la essencial na execução do Plano de Governo Municipal.

  
Odair Gonzales  
Diretor-Presidente  
PRODESAN



*PRODESAN - PROGRESSO E  
DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A.*

*RELATÓRIO DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES*

*Nº 037/2015*

*AB: 31/12/2014*



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Diretores da  
PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A.  
Santos - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Base para opinião com ressalvas**

A Prefeitura Municipal de Santos, com base na Lei Municipal nº 1.835, de 27 de dezembro de 1999, contratou o refinanciamento da dívida mobiliária da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A junto ao INSS, consolidada até 30 de novembro de 2001, com amortização dos débitos realizados através de retenção da quota-parte do Fundo de Participação do Município (F.P.M.). A PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, não possui a homologação desse procedimento para o registro contábil.

Em razão dos valores dos bens do ativo imobilizado estarem com gravames processuais e considerando o não desenvolvimento do programa de trabalho, visando a aplicação de testes de recuperabilidade, assim como a identificação do valor justo ou em uso, conforme estabelece a legislação societária e pronunciamentos contábeis, mantendo-se os saldos pelo custo histórico de aquisição, não sendo possível avaliarmos os efeitos, caso esta prática contábil fosse aplicada, no resultado e no patrimônio líquido da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, em 31 de dezembro de 2014.

### **Opinião com ressalvas**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalvas, essas demonstrações financeiras apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades, pressupondo a realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas operações. Assim, os aspectos mencionados neste Relatório devem ser considerados em uma avaliação da continuidade normal das operações da PRODESAN – PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S/A. A continuidade normal de suas operações está consubstanciada em medidas urgentes de saneamento financeiro, através de aporte de capital e reestruturação de seu custo e despesa operacional, principalmente de Pessoal e Encargos, conforme evidenciado na nota explicativa nº 13.



São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

*Hugo Francisco Sacho*  
SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC - 2SP/017.676/O-8

*Hugo Francisco Sacho*  
HUGO FRANCISCO SACHO  
CRC - 1SP/24.067/O-1

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

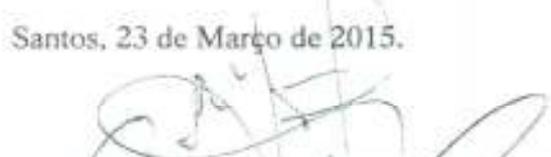
O Conselho Fiscal da **PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A.** examinou as Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, complementadas por Notas Explicativas, elaboradas em consonância com o que determina a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela legislação societária, através das Leis nºs. 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como, o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os atos administrativos mais relevantes ocorridos no citado ano, concordando com as considerações constantes do Parecer do Relatório dos Auditores Independentes, inclusive com as ressalvas, destacando a questão do refinanciamento da dívida mobiliária da Prodesan junto ao INSS (Lei Municipal nº 1.835 de 27 de dezembro de 1999) consolidada até 30 de Novembro de 2001, com amortização dos débitos realizados através de retenção da quota parte do Fundo de Participação do Município (FPM), para qual solicita a homologação.

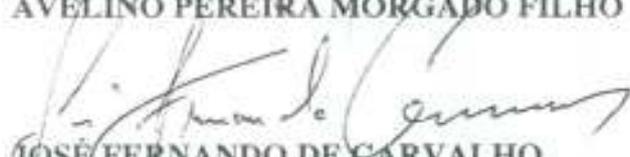
Os membros efetivos do Conselho Fiscal levaram em consideração as análises realizadas nos balancetes mensais, os trabalhos de acompanhamento da gestão, as práticas adotadas para o encerramento do balanço, tudo em consonância com a legislação em vigor e o parecer dos auditores independentes, firmando opinião que os citados documentos estão em condições de serem aprovados e submetidos à final apreciação e aprovação dos Acionistas.

Os Conselheiros Fiscais, com base nos resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2014, propõem que:

- A Prodesan insista na dispensa de pessoal de áreas consideradas deficitárias, cuja receita obtida não é suficiente para cobrir os custos e as despesas;
- A Diretoria da Prodesan, junto com a área técnica da Prefeitura, procure viabilizar a prestação de serviços dos itens disponíveis pela Prodesan quanto às obras que estão sendo executadas no município;
- Seja solicitada pela diretoria administrativa e jurídica da Prodesan a renegociação do Termo de Compromisso de Pagamento de Débitos nº 43/2011 – Processo nº 19.379/2009-98, no que diz respeito aos juros que estão sendo praticados, que tornam o adimplemento inviável.

Santos, 23 de Março de 2015.

  
**AVELINO PEREIRA MORGADO FILHO**

  
**JOSÉ FERNANDO DE CARVALHO**

  
**MARIA DE FÁTIMA TELES DE ANDRADE**